

SESSÕES DO PLENÁRIO

83ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de dezembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, proposta pela nobre deputada Fabíola Mansur, com a finalidade de proceder à entrega da Comenda Dois de Julho ao professor e ex-controlador-geral da União Jorge Hage Sobrinho.

Para compor a Mesa, convido a proponente desta sessão especial e minha querida amiga, a deputada Fabíola Mansur (palmas); o meu querido amigo e ex-governador do Estado da Bahia, Roberto Santos (palmas); o presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, o conselheiro Inaldo Araújo (palmas); a Srª Ex-Ministra do Tribunal de Justiça e Ex-Corregedora do Conselho Nacional de Justiça Eliana Calmon (palmas); o Sr. Acadêmico Sobral Ferreira, representando o presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, o professor César de Faria Júnior (palmas); o Sr. Francisco Senna, representante do presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, o conselheiro Francisco Netto (palmas); o Sr. Chefe-Adjunto da CGU Ronaldo Machado, representante do ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Valdir Simão (palmas); o Sr. Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia, o professor Paulo César Miguez de Oliveira (palmas); o Sr. Ex-Governador do Estado da Bahia, Waldir Pires (palmas); o ex-conselheiro e ex-presidente desta Assembleia Legislativa, o Sr. Filemon Matos (palmas) e o Sr. Maurício Vasconcelos, meu querido amigo, advogado e representante do presidente da OAB, Luiz Viana Queiroz. (Palmas.).

Designo uma comissão composta pelos deputados Aderbal Fulco Caldas, Fátima Nunes, Ivana Bastos, Jurandy Oliveira e Maria del Carmen para conduzir a este recinto o Dr. Jorge Hage Sobrinho.

(A referida comissão adentra ao plenário acompanhando o homenageado ao som de música.)(Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Convido todos os presentes para acompanharmos a execução do Hino Nacional através da voz da cantora Ana Mametto.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Registro a presença do Líder do governo, o deputado Zé Neto.

Concedo a palavra à minha querida amiga e proponente desta sessão especial, a deputada Fabíola Mansur. (Palmas.)

A Sr^a FABÍOLA MANSUR: - Bom-dia a todos e a todas.

Queria, inicialmente, agradecer à presença de todas as pessoas que nos honram nesta sessão especial que concede a Comenda Dois de Julho ou o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira ao nosso querido professor, doutor, ex-prefeito de Salvador, deputado estadual, deputado federal constituinte, juiz do Distrito Federal, Jorge Hage.

Certamente, temos esta Casa cheia de grandes expoentes baianos, porque o seu nome, Dr. Jorge, qualifica e honra a própria comenda.

Nesse sentido, quero saudar todos vocês presentes (palmas) como auditores, corregedores, professores, nossos amigos deputados, movimentos sociais aqui.

Peço licença para fazer esta saudação inicial.

Quero saudar a Mesa começando com o nosso amigo e presidente Marcelo Nilo que, também, conduz o trabalho desta Casa. À Mesa, há as presenças de 2 grandes representantes do governo da Bahia como o ex-governador Roberto Santos e o ex-governador Waldir Pires, que, certamente, qualificam, pois são baianos que foram exportados para a vida pública brasileira e que ainda são baluartes em defesa da ética, da seriedade e da transparência. Quero saudá-los muito carinhosamente.

Quero saudar o Dr. Inaldo Araújo da Paixão, nobre conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia que sempre nos honra com a sua presença; e a Sr^a Eliana Calmon, amiga, ministra do Superior Tribunal de Justiça e ex-corregedora do Conselho Nacional de Justiça, é uma honra tê-la aqui. A senhora, que na minha trajetória política esteve muito junto e unida, honra esta Bahia com a sua trajetória de vida. Saúdo o Dr. Geraldo Sobral Ferreira, representante da Academia de Letras Jurídicas da Bahia; o Sr. Francisco Sena, conselheiro que representa, neste ato, Francisco Neto, conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios; o Sr. Ronaldo Machado, chefe adjunto da Controladoria Geral da União, que representa o ministro chefe da controladoria Valdir Simão – muito obrigada pela sua presença; o Sr. Paulo Higes, vice-reitor da Universidade Federal da Bahia, que ali está; o Sr. Jorge Hage Sobrinho, professor e ex-controlador geral da União, homenageado a quem já saudei; o Sr. Filemon Matos, conselheiro e ex-presidente da Assembleia Legislativa da Bahia; e o Dr. Maurício Vasconcelos, representante do Dr. Luiz Viana Queiroz, presidente da OAB/Bahia.

Senhoras e senhores, uma homenagem tão grandiosa como esta não poderia deixar de ser lida, porque, diante da grande trajetória do Dr. Jorge Hage, poderia e

temeria faltar alguma homenagem. Portanto, vou, diferente do que sempre faço quando subo a esta tribuna, me permitir ler esse discurso. (Lê) “ o economista e escritor socialista Adriano Benayon afirmou certa vez que a palavra corrupção deveria constar no dicionário como antônimo de solidariedade, de compaixão, de compreensão, de equidade, de igualdade, de amor. Em outras palavras, combater a corrupção significa promover o amor e a solidariedade. Então, o melhor remédio de combater à corrupção é a transparência.

2. Ao propor aos meus pares da Assembleia Legislativa da Bahia a entrega da Comenda 2 de Julho ao advogado e professor Jorge Hage, estávamos focados no Art. 1 da Resolução 1.277, de 1999, segundo o qual o objetivo da honraria é prestar homenagens as pessoas que tenham contribuído para o desenvolvimento político e administrativo do Estado da Bahia e do Brasil.

3. Nos pareceu então, mais que apropriado, portanto, depois de conceder o título de Cidadão Baiano ao ex-ministro Carlos Ayres Brito, celebrar e reconhecer publicamente uma personalidade cuja trajetória pública serve de inspiração a tantos quantos mantém acesa a esperança de construirmos governos identificados com as mais nobres causas sociais e capazes de criar espaços de decisão a partir do diálogo permanente, da transparência, para vermos prosperar, em sua inteireza, a justiça social.

4. Os movimentos mais importantes de luta pelos direitos à liberdade de manifestação do pensamento, à educação e saúde pública de qualidade, ao saneamento ambiental, à moradia e à melhor distribuição da terra mantiveram firmes suas expectativas de ver o dinheiro público aplicado naquilo que mais é reclamado pela maioria da população: a construção da cidadania.(Palmas.) Uma cidadania participativa, viva, dinâmica.

5. Uma das mais autênticas demonstrações de compromisso político de um governante é assegurar a distribuição equitativa de renda, valorizando a participação cidadã na construção de políticas de saúde, assistência social, educação, meio ambiente, juventude, transporte coletivo, infraestrutura urbana, economia solidária, segurança alimentar, garantindo o cumprimento do orçamento público.

6. Quando o Governo Federal criou, em 2003, a Controladoria Geral da União, com status de Ministério e reunindo na mesma estrutura a Secretaria Federal de Controle Interno, a Ouvidoria-Geral da União e a Corregedoria-Geral da União, teve como objetivo precípuo combater a corrupção e incrementar transparência nas ações da Administração Pública Federal - por meio das atividades de controle interno, de auditoria pública, de correição e de prevenção.

7. Não poderíamos deixar de mencionar o primeiro ministro-chefe da CGU, o nosso eterno governador Waldir Pires, homem de inabalável (Palmas!) espírito republicano e que soube - como era de se esperar - engrandecer o órgão, promovendo ações que consolidaram uma cultura de combate à corrupção sem ferir um centímetro sequer o Estado Democrático de Direito. Exemplo fundamental foi o Programa de

Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, com auditorias dos recursos federais transferidos a Estados e Municípios.

8. Pela primeira vez, promovia-se a transparência e o combate à corrupção não de forma seletiva, não de forma discricionária, mas de maneira absolutamente republicana, sem distinção política ou partidária. Waldir assumiu o Ministério da Defesa, e foi nomeado para a função de Controlador-Geral exatamente o advogado e professor Jorge Hage, homem de estatura moral e com ilibada trajetória de vida, plenamente identificado com tudo quanto até então fora construído no órgão.

9. Partidário da tese segundo a qual não há vacina melhor contra a corrupção do que a visibilidade total, Jorge Hage radicalizou a transparência no governo federal. Crítico da tradição patrimonialista da administração pública brasileira - que não enxerga diferença entre o público e o privado -, defensor da mais absoluta liberdade de imprensa e da autonomia do Ministério Público, este excelente professor de cidadania atuou como legítimo articulador dos diversos órgãos da administração federal para identificar os malfeitores da Nação e jogar luz sobre os corruptos e corruptores. Ou, como ele mesmo costuma afirmar, destampar o esgoto trazendo à superfície o que estava fora dos olhos da Nação.

10. Ex-juiz, jurista estudioso, sabedor de que a legislação processual brasileira, no mundo, é a que mais oferece protelação de defesa e mais oportuniza a criação de incidentes e recursos, Jorge Hage atuou na Controladoria-Geral da União sob a lógica de que todas as ações suspeitas seriam investigadas e, uma vez descobertas, imediatamente divulgadas. (Palmas!) Assim, todos aqueles que sempre tiveram a certeza da impunidade sabiam que eram grandes as chances, ao menos, de serem identificados.

11. Aos poucos, com responsabilidade e profundo espírito cívico, mas sobretudo com absoluta discrição, o ministro Jorge Hage consolidou uma política nacional de transparência, atuando firmemente para a eliminação da triste cultura da impunidade. E foi assim, criando laços de solidariedade dentro e fora do governo, que ele deu combate incansável à corrupção, mal que põe em xeque a própria democracia, fragiliza as instituições e cria obstáculos à construção de uma Nação solidária.

12. Jorge Hage e equipe seguiram à risca as quatro funções principais da CGU, que são o controle interno do Poder Executivo, realizando auditorias, orientações e recomendações para a atuação dos servidores federais; a correção, com ações repressivas a agentes e empresas; a transparência, para permitir o controle social; e a ouvidoria, canal fundamental para a participação popular. Por meio desta atuação foi possível evitar e corrigir muitos casos de corrupção.

13. Em sua gestão à frente da CGU, uma das medidas para fortalecer a área de transparência e o combate à corrupção foi a articulação para a criação da Lei de Acesso à Informação, tendo sido capital também a sua participação na elaboração da Lei Anticorrupção, que pune empresas envolvidas em irregularidades contra a administração pública.

14. O Portal da Transparência tornou-se um extraordinário instrumento de controle social das contas públicas, hoje sendo inclusive uma referência internacional. O número de visitas anuais ao Portal saltou de cerca de 377 mil em 2006 para 14,7 milhões em 2014. Números que revelam a seriedade com que o assunto foi tratado.

15. Levaríamos aqui horas para narrar todo o conjunto da obra de Jorge Hage, sua dedicação ao fundar a Escola de Administração da UFBA; ao construir, de forma democrática, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; sua coerência histórica em defesa de uma verdadeira reforma política; sua defesa intransigente contrária à perda do status de Ministério da CGU, e que mereceu nesta Casa, de minha parte também, a mais rigorosa manifestação contrária; falaria de sua extrema sensibilidade e espírito republicano em reconhecer no combate à corrupção, na transparência e no controle dos gastos públicos a mola-mestra de fortalecimento da democracia.

16. Se a prática é o critério da verdade, Jorge Hage é um daqueles homens públicos cuja coerência é o guia diário. Sua conduta é pautada por princípios inabaláveis. Foi assim, por exemplo, quando resolveu abandonar a atividade parlamentar para dedicar-se à magistratura. Contrário, desde aquela época, ao financiamento empresarial de campanhas, preferiu disputar uma eleição em condições desiguais - e não se eleger - a trair suas convicções primárias. Isto no início da década de 1990, quando pouco se pautava a questão do financiamento público de campanhas eleitorais.

17. Jorge Hage - ex-prefeito de Salvador, ex-deputado estadual (que ganhou consecutivamente quatro Troféus Imprensa, depois de eleito pela Imprensa especializada como destaque parlamentar da Assembleia Legislativa), ex-deputado federal constituinte, ex-juiz do Distrito Federal e professor de graduação e pós-graduação - é um brasileiro ficha limpa que se concilia com o espírito popular manifestado nos últimos anos nas ruas, nas mídias digitais e em todos os cantos do País em defesa da ética e da transparência no Estado.

18. Dr. Jorge Hage, o senhor dignificou a política baiana e nacional, (Palmas!) atuou decisivamente pela aplicação honesta do dinheiro público e posiciona-se entre os grandes gestores da sua geração. Foi Vice-Líder partidário na Constituinte e autor de propostas sobre Direitos e Garantias Individuais e Coletivos, Direitos do Trabalhador, Função Social da Terra, Reforma Agrária, Direitos da Mulher, Previdência Social, Crimes contra a Administração Pública, Poder Judiciário, Sistema de Governo, Finanças Estaduais e Municipais, Educação e Cultura e Mecanismos de Participação Popular. A maior justificativa para esta homenagem, portanto, é a sua própria biografia.

19. Hoje, mais que um primeiro encontro, ministro Jorge Hage, estamos de alguma forma nos reencontrando. Afinal, nossos ancestrais libaneses viajaram juntos no mesmo navio para o Brasil, onde ajudaram a fundar a antiga Pirangi, atual Itajuípe. Sinto-me irmanada, então, com V.Ex^a. não apenas nos princípios mais basilares, como

o trato correto da coisa pública e a defesa intransigente da ética, dos valores democráticos e do controle dos gastos públicos, mas principalmente pela mesma origem libanesa. Os libaneses há mais de 100 anos vieram sonhar o sonho de uma Bahia mais democrática e de um Brasil melhor.

20. Por tudo isso, pelo absoluto compromisso ético no trato da coisa pública e pela sua intransigência na luta em defesa da transparência e contra a corrupção, é que me sinto honrada em poder ter sido autora do requerimento que confere a Comenda 2 de Julho a este ser humano exemplar. O dia 17 de dezembro de 2015 entrará para a história como aquele em que a Assembleia Legislativa da Bahia fez o reconhecimento público a um homem cuja vida foi dedicada exclusivamente à mais nobre das tarefas: a promoção da fraternidade, da justiça e da cidadania. Jorge Hage integra, sem dúvida, a lista não só dos grandes baianos, mas também dos grandes brasileiros.”

E é por isso que convidamos nossa querida Ana Mametto para saudá-lo, inicialmente, com a música “Se Todos Fossem Iguais a Você”, 'que maravilha viver.' ”

É essa a mensagem, Dr. Jorge Hage, que deixo para o senhor, que nos inspira ainda na nossa trajetória de defender a democracia, a Bahia e o Brasil. Quero mais uma vez dizer que a Bahia tem mais um ilustre Jorge. Que não é o poeta Jorge Amado, mas é o grande Jorge Hage.

Salve Jorge!

(Palmas, muitas palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)

(Apresentação musical.)

(Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - A senadora Lídice da Mata envia uma correspondência pedindo desculpas por estar ausente, por compromissos assumidos anteriormente, mas manda um abraço ao Dr. Jorge Hage e parabeniza a deputada Fabíola Mansur pela proposição do projeto de resolução aprovado nesta Casa.

Gostaria de convidar o deputado Aderbal Fulco Caldas; o Líder do governo, deputado Zé Neto; a deputada Fátima Nunes; a deputada Maria del Carmen; a deputada Fabíola Mansur; a irmã do homenageado, Janete Hage; a filha, Mônica Hage; a neta, Luiza Hage; o sobrinho e afilhado, Sérgio Fialho, para juntos entregarmos a Comenda Dois de Julho ao Dr. Jorge Hage Sobrinho.

(Pausa.)

(Entrega da Comenda.)

(Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Tenho a satisfação de passar a palavra

ao nosso homenageado professor Dr. Jorge Hage Sobrinho.

O Sr. JORGE HAGE SOBRINHO: - Ilustríssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Marcelo Nilo; Sr^a Deputada proponente desta sessão, deputada Fabíola Mansur; Sr. Ex-governador do Estado da Bahia, professor Roberto Santos (palmas); Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia Conselheiro Inaldo Araújo; Sr^a Ex-Ministra do Tribunal Superior de Justiça e ex-Corregedora do Conselho Nacional de Justiça Eliana Calmon; Sr. Advogado Maurício Vasconcelos, representante do Presidente da OAB; Sr. Ex-governador da Bahia Valdir Pires; Sr. Acadêmico Dr. Geraldo Sobral Ferreira, representante do Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia; Sr. Francisco Sena, representante do Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia; Sr. Ex-Presidente da Assembleia Legislativa, Conselheiro do Tribunal de Contas, Filemon Matos; Sr. Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia professor Paulo Miguez e Sr. Chefe adjunto da CJU Ronaldo Machado, representante do Ministro-chefe Valdir Simão. (Palmas.)

Minhas Senhoras, meus Senhores, demais deputados presentes, demais autoridades presentes, Srs. e Sr^{as} servidores da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, alguns dos quais com quem convivi quando aqui exerci meu primeiro mandato eletivo em 1983 e encontrei alguns deles aqui nesta Casa, hoje, meus amigos e familiares que aqui vieram e que tanto me honram com suas presenças, Sr^{as} e Srs. Jornalistas presentes, minhas Senhoras e meus Senhores.

(Lê):- “Quis o destino que esta solenidade se realizasse nesta data - dia 17 de dezembro de 2015 — precisamente a data em que completo 55 anos da minha formatura pela Faculdade de Direito da Bahia, e, portanto, a data em que conclui a etapa primeira da minha formação para a vida pública que agora estou encerrando.

Ninguém planejou essa coincidência. A Deputada que generosamente decidiu me homenagear sequer tinha disso qualquer conhecimento. São coisas do destino e essas ninguém discute. E aqui vejo alguns colegas da turma de 60, Jorge Medauar, Geraldo Sobral e vários outros que por aqui estão.

A ela, à nobre Deputada Fabíola Mansur, quero, antes de mais nada, manifestar o meu profundo agradecimento por esta homenagem, que resulta muito mais de sua generosidade e do seu espírito público do que de meus poucos méritos.

Talvez apenas o fato de haver-me dedicado, sempre, e de forma mais visível nos últimos 12 anos, a lutar pela integridade, pela lisura, pelo cumprimento das leis e pela seriedade na vida pública, na defesa dos valores da justiça, da probidade, da transparência, da eficiência e do estado democrático de direito, tenha sido o traco comum a identificar-me com os valores que essa nobre parlamentar defende e pratica.

Daí a homenagem, que recebo, pessoalmente muito honrado, mas que interpreto como dirigida a todos quantos lutam (ou lutaram) por esses mesmos ideais.

Essa não é uma luta fácil. Essa não é uma luta que tenha fim, que tenha um

ponto final, um ponto de chegada, onde se possam "arriar as armas" e dizer: agora podemos descansar.

Certamente será justo permitir que, do ponto de vista individual, chegue o momento em que alguns tenham direito ao descanso, por já terem dado sua contribuição (o que julgo ser o meu caso agora); mas certamente outros, mais jovens, terão que tomar o bastão e prosseguir. Porque essa luta continua e continuará sempre.

Os desvios de conduta e de caráter, a busca da vantagem fácil, ainda que ilícita, a ganância do lucro a qualquer preço (estimulada pela lógica do capitalismo e que, contraditoriamente, resulta na negação de um de seus pressupostos - a competição, a concorrência), o abuso de poder, a corrupção (no sentido mais amplo do termo), sempre estiveram e infelizmente sempre estarão presentes nas sociedades humanas em toda a parte e sempre.

A sua dimensão e seu impacto nas coisas públicas e nas organizações privadas é que se potencializa ou se reduz, a depender da natureza das instituições que construímos, dos sistemas políticos que adotamos, do ordenamento jurídico que temos, da eficiência com que o aplicamos, da qualidade da educação, da racionalidade da administração, das regras e das práticas negociais, societárias, e sociais de um modo geral, que produzimos e com que aceitamos conviver.

Este é um problema que desafia o mundo. E que, por isso mesmo, vem sendo, nas últimas décadas, objeto de seguidos tratados e convenções internacionais, além de estudos nos mais avançados centros de pensamento, pesquisa e reflexão.

Se é fora de dúvida que a corrupção existe desde quando existe a humanidade, não é menos verdade que a globalização e a evolução tecnológica vem ampliando em escala geométrica suas oportunidades, sua fluidez e seus efeitos.

O aumento das transações internacionais, a facilidade dos fluxos de moeda pela via eletrônica, e tudo o que daí decorre, chamou a atenção das nações e dos organismos internacionais para a necessidade imperiosa de cooperação entre os países, para seu enfrentamento coordenado e eficaz.

Daí surgiram as Convenções da OEA, Organização dos Estados Americanos (em 1996), da OCDE (em 1997) e a da ONU, Organização das Nações Unidas (em 2003); onde o Brasil esteve representado pelo nosso então Ministro Waldir Pires, além de inúmeras outras iniciativas, como as do Banco Mundial, do BID, do G- 20, e até do Fórum Econômico Mundial que até então sequer cogitava dessa espécie de problema, e debatia apenas temas estritamente econômicos.

Mais recentemente ainda, surgem iniciativas outras, tanto de Governos quanta de Entidades da Sociedade Civil, coma a Transparência Internacional, a Parceria por Governo Aberto (OGP), a Associação das Agências Anti-corrupção de todos os Países do mundo, e tantas outras que não cabe aqui enumerar.

E com todo esse arsenal de enfrentamento, a problema permanece grave.

Não foi por acaso que, nos últimos dias, a Transparência Internacional lançou uma enquete, para que internautas do mundo inteiro votem e escolham os casos mais emblemáticos de corrupção no mundo. Estão na relação da TI, entre os candidatos, como não poderia deixar de ser, a FIFA e a nossa Petrobras.

A superação desse problema é difícil por várias razões, a principal delas decorrendo do caráter diversificado e multifacetado de suas causas.

Sim, a corrupção tem causas bastante diversificadas e não existe sequer consenso a respeito delas, o que torna ainda mais difícil o seu enfrentamento.

Para alguns, suas raízes são culturais. Para outros ela vem de um defeito de caráter ou de personalidade. Outros ainda entendem que ela decorre de deficiências institucionais, que criariam as oportunidades para sua ocorrência. E assim por diante.

E é claro que, a depender do entendimento que se tenha a esse respeito, deverá variar a forma e o instrumental mais adequado para seu combate. É a mesma equação de sempre: a depender do diagnóstico e que se escolhe o tratamento.

Diante desse quadro, sou dos que entendem que devem ser adotadas todas as espécies de tratamento possíveis. Em outras palavras, a corrupção precisa ser atacada em todas as frentes e com todo o instrumental o mais variado possível, pois ela não resulta de uma causa única, mas de todo um conjunto de fatores.

Por isso mesmo, enquanto estive à frente da Controladoria Geral da União lutei para construir ou desenvolver um conjunto diversificado de instrumentos para o seu enfrentamento. Isso não apenas dentro da CGU, que não é a única instituição a quem cabem essas funções, mas buscando uma atuação integrada com outras instituições, com atribuições e competências essenciais nos diversos e variados aspectos da questão: daí a articulação buscada com o Ministério Público, com a Polícia Federal, com o Poder Judiciário, com o Tribunal de Contas, com o COAF, com a Receita Federal, com o Depto de Recuperação de Ativos, com a Advocacia-Geral da União (AGU), e vários outros organismos que têm que integrar essa rede.

Espero que esse esforço de integração se mantenha vivo (a salvo das vaidades e das disputas de protagonismo, que são tão danosas e que frequentemente prejudicam esse trabalho). (Palmas.)

Na minha concepção, o ataque à corrupção envolve o Incremento da Transparência Pública, o Aprimoramento dos Controles Internos da Administração (aí incluídas as funções de Auditoria e Fiscalização), envolve a função Correccional (isto é, a punição administrativa, tanto dos Agentes Públicos quanto das Empresas envolvidas nos ilícitos), envolve a investigação policial-criminal, a aplicação rigorosa da Lei Penal e das Sanções Cíveis de Improbidade; envolve a Educação da população para a Ética e a Cidadania, com sua conscientização desde cedo, nas escolas, envolve o uso das redes sociais, o estímulo à Participação do Cidadão no Controle Social, estímulo que se faz também necessário ao Setor Empresarial, difundindo as Boas Práticas e fazendo ver aos bons empreendedores e empresários - que são a grande

maioria - que são eles os maiores interessados em que o jogo a ser jogado seja limpo e que o campo da competição seja nivelado para que todos possam competir em condições de igualdade e no estrito respeito às regras do jogo.

Assim, apesar da enorme limitação de recursos enfrentada, construímos o Portal da Transparência do Governo Brasileiro, já mencionado aqui pela dep. Fabíola, que mostra, em bases diárias, todas as despesas realizadas por cada um dos órgãos públicos, federais. Na manhã de hoje, é possível ter acesso a falas as despesas empenhadas e pagas até a noite de ontem por todos os órgãos federais.

Assim também criamos a Lei de Acesso a informação, que permite a qualquer pessoa exigir do governo acesso a qualquer documento, ressalvados os sigilos legais. E essa lei já foi de fato implantada na esfera federal e vem funcionando plenamente, restando agora avançar mais no âmbito dos Estados e dos Municípios brasileiros. (Palmas.)

Na vertente correcional, mais de 5 mil maus servidores e dirigentes foram expulsos dos quadros da Administração federal nos 12 anos da CGU, além de aplicadas punições, de inidoneidade ou suspensão de contratar ou licitar a centenas de empresas que fraudam licitações e contratos.

E os resultados das auditorias e fiscalizações, por sua vez, passaram a ser encaminhados diretamente ao Ministério Público, para servir de base a milhares de Ações Criminais e de Improbidade Administrativa que hoje tramitam nos Tribunais do país, muitas das quais já julgadas, com milhares de condenações já exibidas no Cadastro do Conselho Nacional de Justiça. Coisa há 10 anos era impossível imaginar.

O Ministério Público, por sua vez, desfrutando hoje, da plenitude de autonomia que a Constituição de 88 lhe quis dar (porque agora a escolha do seu Chefe major é feita pelos próprios procuradores) tem atuado como jamais havia feito em quaisquer períodos da nossa história.

E a Polícia Federal, igualmente com total autonomia, atua de forma inédita no combate a corrupção, em estreita parceria com a CGU, com o Ministério Público e com a Receita Federal.

Não fosse pelo que evoluíram, nas últimas décadas, essas instituições de defesa do estado brasileiro - acompanhadas pela notável e indispensável especialização dos magistrados brasileiros - não teríamos vencido tantas batalhas: lembro aqui apenas algumas, pelos nomes curiosos dados as Operações Policiais que representam seu desfecho público: Sanguessugas (ou Mafia das Ambulâncias), Vampiros (ou Máfia do Sangue), Vassoura de Bruxa, Carcará da Bahia, Jaleco Branco, Navalha, Mão Dupla, Carranca, Mão de Obra, Confraria, e Gafanhoto. Para citar apenas uma dezena, são centenas já! E agora, mais recentemente, a Operação Lava Jato, que representa realmente um marco importante no histórico do combate a corrupção em nosso país e que não teria acontecido se não estivessem presentes os pressupostos aqui mencionados, de fortalecimento das instituições e, de outro lado, a mais livre e ampla

participação da imprensa nas atividades investigativas de que se tem notícia no Brasil.

Quanto a essa operação, Lava Jato, sei que existem reclamações. Distorções e excessos podem sim, existir. E precisam e devem ser corrigidos. Para isso existe o Poder Judiciário, em suas diferentes instâncias. Mas isso não retira a sua importância. Vi com meus próprios olhos, nos Relatórios de Auditoria da CGU, as evidências das ilicitudes ocorridas, por exemplo, na compra da Refinaria de Pasadena e nos contratos com a Holandesa SBM Offshore, ambas objeto de amplas auditorias da CGU na Petrobras.

Além dos processos que tramitam na Justiça, com inúmeras prisões de dirigentes e executivos das empresas envolvidas, há várias dezenas - três dezenas pelo menos - de processos administrativos em curso na CGU, que visam à punição administrativa de dirigentes da Petrobras e a punição também das empresas envolvidas com a declaração de sua inidoneidade para novos contratos com o Poder Público.

E isso é algo que seria simplesmente inimaginável alguns anos atrás em nosso país. Podemos afirmar, sem nenhum exagero que, desde Pedro Álvares Cabral, ou desde Tome de Souza, nunca se cogitou, como algo viável, que pessoas que representam setores das classes mais elevadas e abastadas na escala social viessem a ser presas por atos de corrupção.

Posso lhes dizer, também, agora da minha experiência pessoal, que no início da minha vida pública, quando se dizia que "lugar de corrupto é na cadeia", a maioria das pessoas tornava tal expressão como figura de linguagem, como modo de dizer; como força de expressão, jamais como uma cogitação concreta, possível de acontecer. E está acontecendo!

E mesmo agora, já no Século XXI há 10 ou 15 anos atrás, seria vista como um delírio a previsão de que membros da elite política e econômica nacional viessem a ser investigados, processados e encarcerados por corrupção.

Isso representa um avanço extraordinário, que pode e deve ser celebrado. Mas está longe de indicar que isso, só por si, vai acabar com a corrupção ou que vai salvar o país, como alguns imaginam.

Não. Não vai salvar o país. O que isso indica é que temos hoje instituições mais fortes e, com elas, ampliamos nossa capacidade de detecção e de punição da corrupção. Ou seja, avançamos bastante nos aspectos repressivos, por assim dizer. Mas é preciso fazer ainda muito mais para ampliar a nossa capacidade de prevenção, de modo a evitar que os ilícitos ocorram.

Do contrário, iremos sempre, de tempos em tempos, nos deparar com outras descobertas iguais. E daí temos uma pergunta que frequentemente me era feita: adianta ficarmos enxugando o gelo se vai acontecer outra vez? (Palmas.)

É certo que a ação repressiva tem também, seu efeito exemplar e inibidor, e, portanto, certa capacidade de reduzir a repetição dos ilícitos. Na verdade, espera-se

que, vendo o encarceramento de seus iguais, outros pensem duas vezes antes de delinquir. Mas não se pode confiar apenas nesse efeito.

É indispensável ampliar os instrumentos capazes de reduzir as oportunidades de ocorrência do ilícito.

Assim, além da radicalização das Medidas de Transparência, em todos os níveis, a que me referi antes; além das ações de natureza Educativa e do Incentivo ao Controle Social, pelo próprio cidadão impõem-se dedicar atenção a outras providências as quais venho me referindo já há algum tempo. Algumas delas já se encontram em curso. Outras ainda não encontraram apoio suficiente para prosperar.

Da primeira espécie, destaco a nova Lei 12.846, denominada lei anticorrupção que entrou em vigor em 29 de janeiro de 2014 e que promove a responsabilização objetiva das empresas pelos atos de corrupção em que estejam envolvidas. Essa lei permite à própria Administração aplicar multa de até 20% do faturamento bruto a essas empresas, independentemente da intenção delituosa ou mesmo do conhecimento de seus dirigentes. O detalhe importante aí é que isso (a Responsabilização Objetiva) vai fazer do empresário o major interessado em prevenir a prática de ilícitos por seus diretores, prepostos, representantes, intermediários ou mesmo terceirizados. Porque o patrimônio da empresa é que arcará com o prejuízo.

De outro lado, essa mesma lei estabelece uma ampla possibilidade de redução da pena se a empresa comprovar que instituiu um sistema de "compliance", que vem a ser um conjunto de controles internos, canais de denúncia para os empregados, códigos de conduta, etc, que a ajude a detectar internamente irregularidades eventualmente ocorrentes sem que sejam do conhecimento de sua cúpula. E, ainda, oferece a possibilidade de redução das sanções se a empresa tomar a iniciativa de colaborar com as investigações.

São formas inovadoras de prevenção que vem sendo adotadas no mundo inteiro e que entre nós ainda suscitam, por vezes, alguma estranheza, mas que podem contribuir nesse esforço conjugado para deter a corrupção.

Com essa lei, o país atende, também, a um compromisso internacional assumido ao assinar a convenção da OCDE, desde o ano 2000, quando ratificou a Convenção contra o Suborno Transnacional, pois tudo o que ela prevê se aplica também aos problemas que envolvam empresas brasileiras que operam em outros países - a corrupção transnacional.

Mas é evidente que ainda há mais por fazer.

E eu tenho apontado para três medidas que considero fundamentais e que não consegui ver concretizadas enquanto ocupei funções públicas. Mas que tenho sinceras esperanças de que aqueles que continuam na luta conseguirão chegar lá.

A primeira delas é a edição do Estatuto da Empresa Pública e da Sociedade de Economia Mista, previsto no § 1º do art. 173 da Constituição Federal e até hoje não aprovado.

Ele é essencial para que o sistema de controle do Poder Executivo possa alcançar essa parcela da Administração indireta. As Empresas Públicas e as empresas de Economia Mista (com exceção, em parte, das chamadas "estatais dependentes" do Tesouro), as que não tem receita própria dependendo dos recursos do tesouro ficam fora do seu alcance. E é bom lembrar que é por elas que passa hoje a parcela mais volumosas dos investimentos federais.

Basta dizer que a Petrobras, por exemplo, não precisa obedecer à Lei de Licitações e Contratos, e sim a apenas um Decreto, de 1998, que deixa as portas integralmente abertas para que não haja nenhuma competição, ou seja, que a Petrobras contrate quem quiser e como quiser.

Não é de surpreender, portanto, que haja ocorrido o que lá ocorreu. E que está vindo aos olhos da população agora, mas que sempre ocorreu.

Como não é razoável aplicar a tais empresas a mesma Lei de Licitações da Administração Direta – que seria ingressá-las – é preciso encontrar o ponto de equilíbrio entre a agilidade que uma empresa exige e a obediência aos princípios constitucionais da Administração. É isso o que o constituinte previu no art. 173, uma lei, onde isso estaria definido. E essa lei não existe até hoje.

A discussão dessa lei seria, assim, o momento apropriado para que o país debatesse a questão mal resolvida, em torno dos limites dos controles públicos que queremos ter sobre essa espécie de empresa que se situa nas fronteiras entre o Setor Público e o Setor Privado.

Além das regras sobre Licitações, ali se decidiriam, também, "as formas de fiscalização pelo Estado e pela Sociedade", ou seja, até que ponto devem tais empresas estar submetidas ao Controle Público e à transparência.

Em outro plano, há duas outras medidas que, a meu ver, se fazem urgentes em nosso país.

Refiro-me à Reforma Política e à Reforma do Processo Judicial.

A primeira, principalmente para reduzir o espectro partidário a um número razoável de partidos que façam algum sentido para o eleitor; reduzindo também os Custos das Campanhas; e para adotar o Financiamento Público Exclusivo, com os ajustes cabíveis no sistema eleitoral. Ou, se e enquanto isso não for possível, suprimindo-se, pelo menos, o Financiamento Empresarial de Campanhas e de Partidos, pois é aí que se situa o nascedouro da maior parte da alta corrupção no Brasil.

A segunda medida visa agilizar o trâmite dos processos (civis e criminais), hoje intoleravelmente moroso - pelas excessivas possibilidades de recursos e de medidas protelatórias outras, o que alimenta o sentimento de impunidade que o país está tentando superar.

Temos casos que ilustram bem esse problema e, de sobra, ainda mostram uma

outra espécie de distorção que dele decorre: a diferença de tratamento entre casos semelhantes, a falta de isonomia.

Por quaisquer que sejam as razões (e sempre se buscarão justificativas) temos casos ocorridos antes, muito antes dos que hoje são objeto dos processos que hoje ocupam as manchetes da imprensa, e que nunca foram julgados, ou nunca transitaram em julgado; alguns nem foram objeto de denúncia ao Judiciário. E vão caindo no esquecimento e na prescrição.

Outras vezes, valendo-se das brechas legais resultantes do chamado "foro privilegiado" (do qual os réus hoje preferem fugir), certos acusados renunciam a seus mandatos e com isso ganham anos a mais de impunidade e, às vezes, acabam escapando pelas vias de prescrição....

Lembro-me aqui de dois casos emblemáticos, ambos envolvendo senadores (ou ex-senadores) da República: um, do DF, cujos crimes remontam à década de 90 e cujo processo tramita desde o ano de 2000. A condenação saiu em 2006. Até hoje, até hoje, não transitou em julgado, valendo-se de outro defeito no ordenamento jurídico que temos, renunciou ao mandato quando o processo (relativo a fatos de 1998) estava pronto para julgamento no STF (seu foro privilegiado). Isso fez com que os autos fossem enviados para a 1ª Instância, em Minas onde começará tudo novamente e lá, saiu do foco da mídia e até ontem, passados cerca de 2 anos, o processo não havia avançado.” Somente ontem, com mais uma coincidência, dia 16 de dezembro, saiu a condenação de 1ª instância a 20 anos de prisão. Não há o que comemorar, porque é de 1ª instância. Ele ainda tem todos os recursos e expedientes protelatórios do mundo para escapar, certamente, pela prescrição. Essas distorções, esses desequilíbrios são difíceis de aceitar.

(Lê):- “Para encerrar, quero fazer referência, agora, a uma outra espécie de problema de natureza diversa. Precisamos também avançar de forma mais homogênea, nas diferentes esferas da federação. Por sermos um país federativo, há que respeitar autonomia de cada um dos entes federados e nada lhes pode ser imposto. Mas é inegável que o esforço que vem sendo feito na esfera federal precisa encontrar melhor eco nos estados e municípios.. De outro modo, a cultura e a sensação de corrupção dificilmente se modificará, porque o cidadão comum não faz distinção entre as esferas de governo – para ele tudo é governo. Nem faz essa distinção quem observa o Brasil do exterior. As instituições internacionais, os outros países, enxergam o Brasil. Então não adianta, não resolve tudo, se se resolver, se se avançar apenas na esfera federal. É preciso avançar em todas as esferas.

Perdoem-me as senhoras e senhores se me estendi além do previsto, além do esperado, além do tolerado. Esse é um tema que me apaixona. Embora afastado da vida pública, permaneço cidadão. Enquanto permanecer, não há remédio, a paixão continuará. (Palmas.)

Por outro lado, o significado a homenagem que me foi generosamente concedida pela Assembleia da minha terra, por proposta da deputada Fabíola Mansur,

constitui um momento único e muito especial. Aqui, ao agradecer esse gesto magnânimo, eu não poderia dizer menos do que sinto. Também porque aqui eu falo à Bahia; no local em que está representado o seu povo.

E falo (ainda registro essa alegria adicional), falo também vendo a minha frente pessoas que representam as principais equipes que dirigi e os companheiros que tive ao meu lado em todas as etapas da minha vida pública: vejo aqui os meus amigos do ISP, da Reitoria da UFBA, da Prefeitura de Salvador, os companheiros dos Comitês de Apoio e de Assessoria aos Mandatos Estadual e Federal, e os colegas servidores da Controladoria Geral da União.

A todos estes e ainda aos que comigo trambularam no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, quero deixar registrado o mais profundo agradecimento, porque na vida pública ninguém faz nada sozinho. Tudo que eu possa ter feito, foi, em grande parte, fruto da correta escolha das minhas equipes. Saber escolhê-las e, realmente algo de que posso me orgulhar.

Mais uma vez registro meu agradecimento a Deputada Fabíola e todos os seus pares, que me honraram com a Comenda 2 de Julho e, da mesma forma, a todos os que aqui compareceram para aumentar a minha honra e alegria com suas presenças.

Muito obrigado a todos.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Convido a todos os presentes para acompanharmos a execução do Hino da Bahia, com a cantora Ana Mamete.

(Execução do Hino da Bahia)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Saúdo a deputada Fabíola Mansur, minha querida amiga; o vereador Waldir Pires, meu querido amigo e ex-governador; o professor Roberto Santos, meu querido amigo e ex-governador do Estado da Bahia; o Dr. Jorge Hage Sobrinho, meu querido professor e homenageado desta sessão; o conselheiro Inaldo Araújo, meu querido presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia; o Sr. Ronaldo Machado, chefe adjunto da CGU, representante do ministro chefe da Controladoria Geral da União Valdir Simão; a Sr^a Eliana Calmon, ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça e ex-corregedora do Conselho Nacional de Justiça; o professor Paulo Higes, vice-reitor da Universidade Federal da Bahia; o Sr. Francisco Sena, representante de Francisco Neto, presidente do Tribunal de Contas dos Municípios; o Dr. Maurício Vasconcelos, advogado e representante do Dr. Luiz Viana Queiroz, presidente da OAB/Bahia; o acadêmico Geraldo Sobral Ferreira, representante do presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, o professor César de Fária Júnior; o Sr. Filemon Matos, conselheiro e ex-presidente da Assembleia Legislativa da Bahia; e os meus queridos pares, deputados estaduais presentes: Aderbal Fulco Caldas, Ângela Sousa, Fátima Nunes, Jurandy Oliveira, Ivana Bastos, Robinho, Zé Neto, Adolfo Viana, Carlos Ubaldino e Reinaldo Braga,

ex-presidente da Assembleia. Saúdo também os ex-deputados federais presentes: Sérgio Gaudenzi, Jorge Hage, Manoel Castro e Celso Dourado, bem como o ex-deputado Everton Almeida, também aqui presente.

Minhas amigas e meus amigos, serei breve, tendo em vista que teremos uma sessão extraordinária, às 12h05min, para votarmos um projeto de emenda constitucional. Não poderia deixar de, primeiro, parabenizar a deputada Fabíola Mansur que, apesar de estar no seu primeiro mandato, sem dúvida nenhuma, é uma das deputadas mais sérias, atuantes e assíduas. Ela é muito bem articulada, coerente e tem o objetivo de defender os reais interesses do nosso Estado. (Palmas.)

Portanto, deputada Fabíola Mansur, quero parabenizá-la. V.Ex^a sabe que nós, este ano, inclusive, aprovamos um projeto de resolução limitando a quantidade de Comendas Dois de Julho e de Títulos de Cidadão Baiano, para que nós só pudéssemos aprovar para personalidades que realmente ajudaram no crescimento do nosso Estado, no mundo econômico, no mundo das artes, no mundo da cultura e no mundo político.

Hoje, estamos aqui – talvez seja a última sessão especial desta ano –, entregando, fruto de uma decisão de todos os 63 parlamentares, uma Comenda Dois de Julho a um dos homens mais preparados e respeitados na Bahia, que é o Dr. Jorge Hage. (Palmas.)

Quando a deputada Fabíola Mansur apresentou esse projeto de resolução, nós dispensamos todas as formalidades regimentais, vez que conhecemos o Dr. Jorge Hage. O seu currículo é o de um dos poucos homens públicos do nosso Estado que passou por todas as esferas. No Legislativo, foi vereador, deputado estadual e deputado federal; no Executivo, foi prefeito de Salvador; e no Judiciário, juiz na capital federal. (Palmas.)

Portanto, Dr. Jorge, sinto-me feliz, apesar de um ano muito difícil, talvez o ano mais difícil dos últimos tempos! Uma crise econômica jamais vista no País. Na minha visão, exclusivamente, por uma crise política. Mas acreditamos que, apesar desta grave crise, o ano de 2016 será o ano da esperança. Temos convicção de que será um ano em que todos nós, os políticos, e aí me incluo, principalmente aqueles que fazem o Congresso Nacional, deixaremos um pouco de pensar no próprio umbigo, não todos claro, para pensar, exclusivamente, no povo brasileiro.

Nós, apesar desta grave crise, vivemos, sem dúvida nenhuma, um regime democrático, com as instituições funcionando plenamente. O Congresso, o Ministério Público, o próprio governo federal, através da Polícia Federal, e os estaduais, com a Polícia Civil, estão, cada um, cumprindo a sua parte.

Aproveito esta sessão para fazer um apelo as S.Ex^{as} os senadores da República e os deputados federais: vamos pensar principalmente nos mais necessitados do povo brasileiro. Vivemos um regime democrático, mas não podemos aceitar que muitos parlamentares pensem, exclusivamente, num projeto individual em detrimento da

sociedade brasileira.

Hoje, com a internet, com as redes sociais, o povo brasileiro acompanha e, com certeza, saberá cobrar de todos os políticos que não pensarem exclusivamente no povo. Está aqui um exemplo. Fiz questão de suspender compromissos assumidos anteriormente para participar desta sessão. Não só pela solicitação da minha querida deputada Fabíola Mansur, mas, principalmente, pelo currículo, pela história, pelo passado do Dr. Jorge Hage.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão.

(Palmas.)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.